



MONITORIA DE IMPRENSA

Jornal de Angola, TPA, TV Zimbo e
Rádio Nacional de Angola

Maio a Julho de 2024

**PELO RESGATE DE DATAS
SÍMBOLOS E ACONTECIMENTOS
PELOS CIDADÃOS**



mc.mudeiangola@gmail.com



TV ZIMBO

Jornal de Angola

Metodologia

O essencial do trabalho de monitoria que tem sido feito consiste em observar (visualizar, escutar, medir) e classificar os noticiários principais da Televisão Pública de Angola (TPA), da TV Zimbo, da Rádio Nacional (RN), e as capas do Jornal de Angola (JA), e introduzir cada notícia numa tabela, classificando-as de acordo com uma lista de temas principais e de subtemas, de acordo com os actores / temas, objectos da notícia. Por exemplo, “João Lourenço com mandato para reforçar laços diplomáticos entre a RDC e o Ruanda”, foi classificado como Executivo no tema principal e Presidente da República no subtema. Nem sempre os títulos das notícias revelam o seu verdadeiro protagonista. Assim, por exemplo, a notícia: “Novo Hospital Geral do Bengo em funcionamento”, poderia sugerir uma reportagem sobre o hospital e como ele está a servir a população, o que a colocaria, eventualmente, numa categoria “Sociedade/Saúde”. Porém, se ao visualizar, se constatar que o enfoque está em quem inaugurou, a classificação reflecte esse facto. Para cada notícia, as medições foram feitas em minutos e segundos ou, no caso do jornal, a área dedicada à notícia - incluindo o título, a foto e o texto - medida em centímetros quadrados. Para cada notícia é registado o momento do início e do fim (hora:minuto:segundo), o que permite calcular a sua duração. É o somatório de todas as notícias, de todos os noticiários visualizados, por categoria, e a percentagem de cada actor / tema, em relação ao total que constitui a base da análise deste estudo.

O objectivo do estudo

Este trabalho visa quantificar o tempo / espaço dedicado aos diferentes actores, por um grupo seleccionado de Órgãos de Comunicação Social (OCS). Pretendeu-se inicialmente testar a hipótese de haver um viés por detrás das decisões editoriais dos órgãos monitorados. Várias vozes alertaram para o facto de ser demasiado esforço para provar algo por demais evidente... considerou-se, no entanto, haver valor em documentar e medir o nível de parcialidade para lhe retirar o carácter de “percepção” e se poder apresentar como verdadeira evidência. Mantém-se o propósito de contribuir para a melhoria da qualidade da comunicação social através da exposição das suas más práticas, continuadas, e da exigência junto dos reguladores e de outros para se corrigir a situação. A persistente impunidade e desprezo pelo que está legislado, é uma repetida evidência, algo que a retornaremos.

Os órgãos escolhidos

Foram analisados o Jornal de Angola (JA), a Televisão Pública de Angola (TPA), a TV Zimbo e a Rádio Nacional de Angola (RNA). No JA foram analisadas as matérias publicadas na capa e contra-capas, na TPA e na TV Zimbo os Telejornais das 20:00 e na RNA os noticiários das 13:00.

Limitações

Foi feito um considerável progresso na consistência das classificações, consequência da prática que se foi ganhando no exercício. A demora na publicação deste relatório, com o consequente distanciamento do período a que se referem as notícias, será a principal limitação deste relatório.

O facto de a observação estar concentrada nos espaços nobres - estratégia adoptada por limitação de recursos e por serem os espaços que atingem um público mais vasto - pode não ilustrar na sua totalidade o nível de (im)parcialidade na cobertura dos diferentes acontecimentos e opiniões.

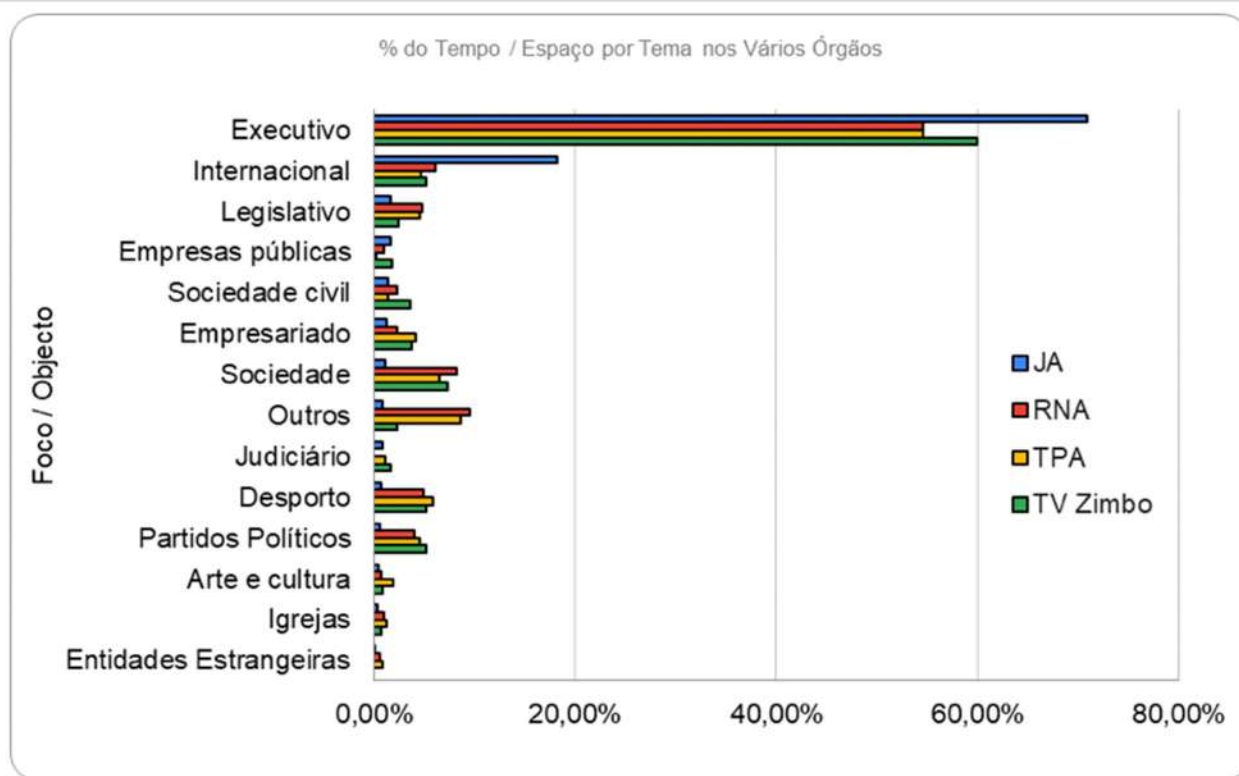
Apesar de não se apresentarem ainda números, pode afirmar-se que alguns actores são apenas tratados positivamente e outros, por vezes, tratados numa perspectiva crítica / negativa. Este tipo de análise é também desejável e deverá ser incluída no futuro pois ao não fazê-lo não se demonstra devidamente o facto de, por exemplo, dos cerca de 38% do tempo dedicado à UNITA (% do tempo total dedicado a partidos) pela Zimbo, uma parte importante é na realidade dedicada a atacar aquele partido, sem lhe dar qualquer possibilidade de se defender ou apresentar a sua perspectiva.

Um esforço foi agora feito, e continuará a ser aprofundado, de apresentar notícias que foram ignoradas pelos órgãos monitorados.



Constatações

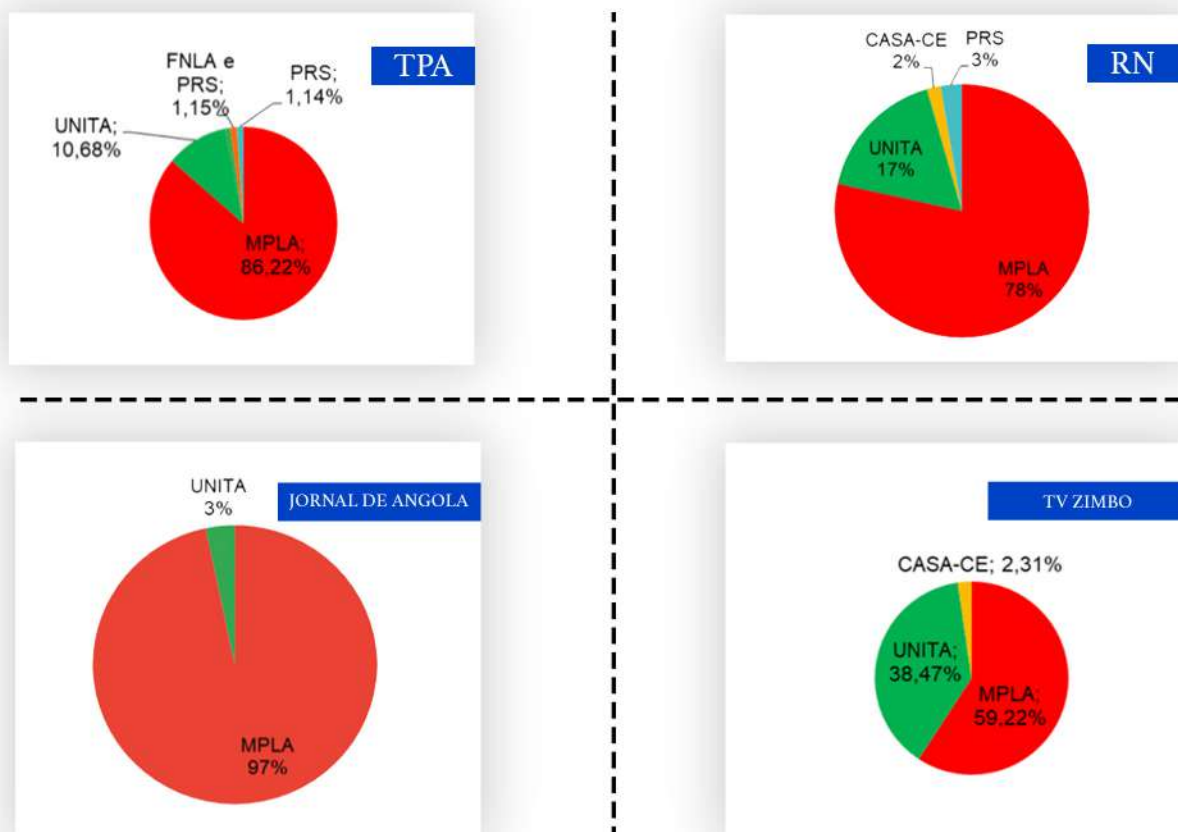
1. Como nos períodos anteriores, todos os órgãos analisados, realçam as acções, opiniões e preocupações do executivo, tanto no número de matérias como no tempo / área por elas ocupado. O executivo ocupa 71% das capas do JA (a categoria seguinte ocupa 18%), 54% na TPA (a categoria seguinte ocupa 5%), 55% na RNA (a categoria seguinte ocupa 6%) e 60% na Zimbo (a categoria seguinte ocupa 5%). Em todos os órgãos, a segunda categoria foram as notícias internacionais. E em todos eles houve um ainda mais marcado desequilíbrio na atenção aos vários actores. Os gráficos abaixo ilustram a distribuição do espaço dado a cada categoria nestes diferentes órgãos.



2. O espaço central dado ao executivo continuou a ser espaço de marketing, sem sentido crítico ou contraditório. Continuam a não ser noticiadas quaisquer discordâncias ou erros da acção governativa. Nestes órgãos, por exemplo, no dia 1º de Maio pouca atenção foi dada às comemorações do Dia do Trabalhador e não houve qualquer discussão ou notícia sobre as lutas laborais em torno de um salário mínimo mais elevado nem tempo de antena / espaço foi dado a qualquer dirigente sindical;

3. Os partidos políticos, explicitamente, continuaram com uma presença modesta nos espaços noticiosos monitorados (capa do JA e noticiários principais do dia), cerca de 0,6% no JA, 5% na Zimbo, 4% na RNA e 4% na TPA. Mas, o desequilíbrio na atenção aos diferentes partidos foi ainda mais marcado, como se pode ver abaixo. Destaca-se a TV Zimbo com cerca de 59% do tempo dedicado aos partidos, tratou do MPLA, e 38% à UNITA. Como referimos acima, não analisámos quanto deste tempo dedicado à UNITA foi de notícias negativas.

4. São vários os acontecimentos de Angola que no período foram matéria noticiosa noutras paragens ou órgãos, e que não mereceram tratamento jornalístico pelos órgãos monitorados. Como exemplos deste tipo de notícia são de realçar:



“Angola tem o salário mínimo mais baixo dos PALOP”

<https://www.voaportugues.com/a/angola-tem-o-sal%C3%A1rio-m%C3%ADnimo-mais-baixo-dos-palops---4-20/7603225.html> 8/Mai.

“Fórum da Sociedade Civil de Benguela e Cuanza Sul realizam conferência de imprensa” *Facebook da plataforma*, 5/Jun

“300 mulheres de todo o país na 9ª edição do Ondjango Feminista” 9/jun, *Site da FAOFEM*

“Quase metade dos poços petrolíferos em Angola estão fechados” *Integrity Magazine*, 18/Jun

“Angola: Mudei denuncia morte e tortura de activistas detidos no leste” *RFI*, 19/Jun

“Administração do Chongorói proíbe actividades da associação Masuika” *Facebook Masuika*, 28/Jun

“Angola: Movimento cívico denuncia tortura e execuções sumárias” *RFI*, 18/Jul

Conclusões

1. Há, nas redacções dos órgãos aqui tratados, e nos órgãos que os tutelam e/ou orientam, uma visão hegemónica do exercício do poder no que toca ao discurso público. Princípios básicos de jornalismo como o direito ao contraditório e a triangulação de informação são sistematicamente ignorados;

2. A linha editorial dos órgãos monitorados - mas, em especial do Jornal de Angola e da TPA - parecem mais as de um órgão de relações públicas do governo do que de um órgão de imprensa ao serviço do público, com o objectivo de informar. Sendo normal que o governo tenha um órgão para comunicar a sua perspectiva, realçar as suas realizações e promover a sua imagem, esta actividade não é jornalismo e não deve sacrificar a actividade jornalística. A própria actividade de relações públicas, quando feita com a falta de sofisticação que vemos naqueles órgãos, para além de ilegal é de eficácia duvidosa pela falta de credibilidade que assegura entre a opinião pública;



uma imprensa imparcial e independente prejudica, em última instância, a qualidade do processo democrático, minando a credibilidade das eleições e o direito dos cidadãos a uma informação diversificada e verdadeira;

6. A Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERCA), a quem o Estado incumbe o dever de garantir que os órgãos de comunicação social respeitem as leis, a pluralidade de expressão e de informação, assegurem aos cidadãos uma informação ampla e diversificada (nos termos do artigo 20º da Lei nº2/17 de 23 de janeiro - Lei Orgânica da ERCA) tem ignorado repetidamente todos os atropelos à Constituição e à Lei de Imprensa, e as evidências desses atropelos que o Mudei, e outros, têm apresentado regularmente;

3. Por ocasião das comemorações do Dia do Trabalhador, seria normal haver mais espaço para matérias sobre as condições dos trabalhadores, para estes se fazerem ouvir, para dados como os do gráfico à direita (elaborado com base na matéria da Voz da América, de 8 de Maio) serem apresentados e discutidos. Infelizmente a par da privação do acesso a um salário justo, os OCS públicos contribuem para invisibilizar os trabalhadores e a sua situação e para silenciar a sua voz;

4. A postura parcial da imprensa pública não apenas viola direitos políticos consagrados na Constituição, mas também desrespeita o princípio da independência previsto no artigo 44º, nº 3, segundo o qual o Estado deve garantir e assegurar um serviço de rádio e televisão livre de interferências políticas. Ao permitir que os órgãos de comunicação pública se tornem instrumentos de propaganda do governo, a imprensa está a contribuir para a erosão da confiança dos cidadãos nas instituições do Estado, criando um ambiente de desinformação e favorecimento;

5. Este desequilíbrio de tratamento não apenas desrespeita os direitos constitucionais dos cidadãos, como ficou dito, mas também compromete a competitividade política, favorecendo, de forma indevida, o partido no poder há 50 anos. A falta de -



7. A actuação da imprensa pública, ao privilegiar de forma sistemática um único partido político, fere os princípios da imparcialidade e da ética jornalística, e ao não tomar as devidas providências, a Entidade Reguladora falha em cumprir o seu papel fundamental de fiscalização e correção;

8. Integrando as várias evidências acima surge como incontornável que para uma democratização da sociedade e para um reforço da justiça social é necessário um resgate dos espaços (na comunicação social mas também em outras instituições) e do discurso, por parte dos cidadãos e dos trabalhadores. Esse resgate é a base para que se possam libertar de um ambiente onde a sua realidade é sistematicamente negada e ocultada.

	Jornal de Angola	RNA	TPA	TV ZIMBO
MAIO	47 199,76	16:17:48	34:42:51	27:48:11
JUNHO	46 102,77	16:17:56	33:24:39	27:08:06
JULHO	46 612,01	16:40:47	36:51:39	27:44:13
TOTAL	139 914,54	49:16:31	104:59:09	82:40:30



Para que Angola Mude

